

Data: 01.02.2026

Título: O peso do imaginário D. Sebastião entre historiografia e mito

Pub:

SUPER
INTERESSANTE

SUPLEMENTO
ESPECIAL

 **QuickCom**
comunicação integrada

Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 69;70;71;72;73;74;75

O peso do imaginário

D. Sebastião entre historiografia e mito

ELENA LOMBARDO

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Área: 3384cm² / 61%

Tiragem: 58.400

FOTO

Cores: 4 Cores

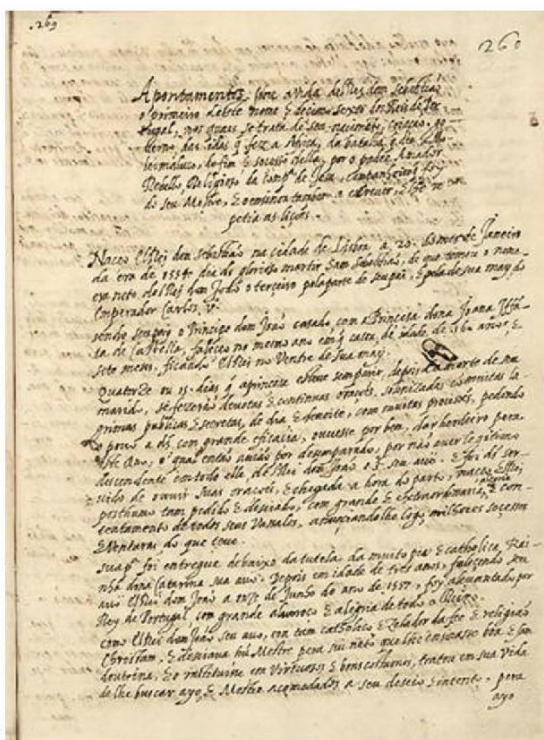
ID: 8284264

Na cópia manuscrita da *Relação da vida d'el rei D. Sebastião* conservada no COD. 6831 da Biblioteca Nacional de Portugal, lê-se: “tornemos agora ao nosso pessimo Rey D. Sebastião” (fl. 156v). A *Relação* foi originariamente escrita nos primeiros anos do século XVII pelo P.e Amador Rebelo, e apresenta um retrato do monarca marcado por atributos positivos, sublinhando a sua religiosidade. O especialista que estude este texto e as suas cópias concluirá, com algum grau de segurança, que este “péssimo” é um erro – isto é, uma troca involuntária de palavras – e que o que o autor realmente escreveu foi: “tornemos agora ao nosso piíssimo rey D. Sebastião”, tal como é registado noutras cópias do mesmo texto.

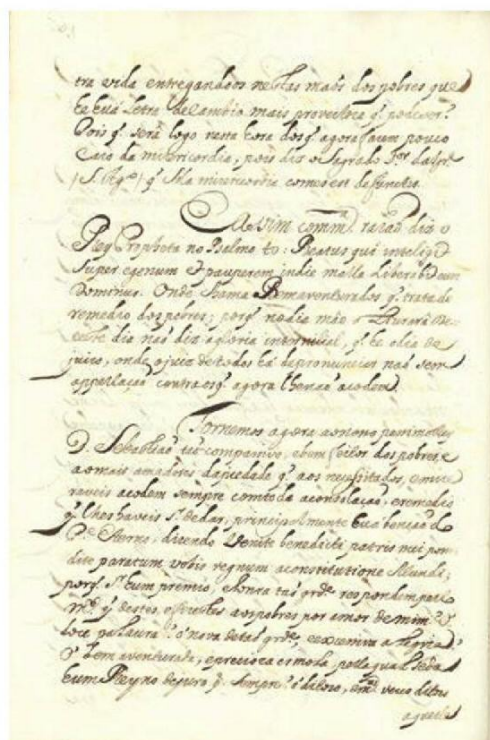
Com o seu toque de humor, o erro do copista do códice 6831 é, na verdade, bastante emblemático, testemunhando o maniqueísmo que frequentemente atravessa os discursos acerca de D. Sebastião. Como aqui se sugere, o rei tem sido, alternadamente, ora herói, ora vilão – mas raramente uma personagem completa, com todas as suas nuances.

Mas procedamos por ordem. O que se pode afirmar, com algum grau de segurança histórica, sobre o décimo sexto rei de Portugal?

D. Sebastião nasceu em Lisboa, a 20 de janeiro de 1554, filho do príncipe D. João Manuel – herdeiro de Portugal e único filho sobrevivente do rei D. João III e de D. Catarina de Áustria – e de D. Joana de Áustria, filha do imperador Carlos V e de Isabel de Portugal. Poucos dias antes, a 2 de janeiro, o pai falecera vítima de doença,



Primeiro fôlho do manuscrito da *Relação da vida d'el rei D. Sebastião* assinado pelo autor, Padre Amador Rebelo (códice ALC. 308 da Biblioteca Nacional de Portugal, fôlho 260; 1616).



Sobre estas linhas podemos ver fôlho 156v da cópia da *Relação da vida d'el rei D. Sebastião* (COD. 6831 da Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 156v; 1721).

deixando o trono sem sucessor adulto direto e o reino mergulhado em apreensão diante da influência do reino vizinho, reforçada pelo casamento da infanta D. Maria Manuela com Filipe II de Espanha. Batizado em 27 de janeiro pelo cardeal D. Henrique, seu tio, recebeu o nome de Sebastião, em homenagem ao santo celebrado na data do seu nascimento. Pouco depois, a pedido de Filipe II, a mãe voltou para Espanha, em cumprimento do contrato matrimonial que lhe assegurava o direito ao regresso em caso de viuvez.

À morte de D. João III, em 1557, D. Sebastião tinha apenas três anos. De acordo com a vontade do falecido monarca, e embora enfrentasse a oposição de setores que viam com desconfiança a sua proximidade à Coroa espanhola, foi designada como regente a rainha D. Catarina. Para a educação do rei foi nomeado o jesuíta Fr. Luís Gonçalves da Câmara, coadjuvado pelo P.e Amador Rebelo no ensino da leitura e da escrita. Mais tarde, Gonçalves da Câmara tornar-se-ia confessor régio e manteria influência decisiva junto de D. Sebastião até ao fim da vida.



D. Sebastião no berço (ca. 1554).
Iluminura no livro *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião* de André Rodrigues de Évora.

PRIMEIRA FASE DO REINADO

A regência de D. Catarina foi marcada por fortes tensões entre as fações que se agrupavam em torno dela e do cardeal D. Henrique. Em 1562, a vitória portuguesa no cerco à cidade marroquina de Mazagão (hoje, El Jadida) custou perdas significativas devido à demora dos reforços, fragilizando a posição da rainha. Nas Cortes de dezembro, D. Catarina renunciou à regência em favor de D. Henrique, mantendo-se, porém, como tutora do jovem rei.

As tensões mantiveram-se durante a regência henriquina, adensando-se sobretudo em torno de duas questões – a doença e o casamento. Por volta dos nove anos de idade, com efeito, D. Sebastião começou a apresentar sintomas de um mal crónico, que tem sido identificado como uma forma de gonorreia. Este tema, apesar da abundante – e, por vezes, fantasiosa – bibliografia, assume relevância histórica essencialmente pelas suas implicações nas negociações matrimoniais do rei.

Estas prolongaram-se durante toda a vida de D. Sebastião, já que o monarca nunca chegou a casar, e revelaram-se particularmente complexas. Numa primeira fase, ainda durante a regência de D. Henrique, as principais opções foram Margarida de Valois, filha de Henrique II de França, e Isabel de Áustria, filha de Maximiliano II. Embora inicialmente a opinião dominante no reino favorecesse um acordo com a França, o saque da Madeira por corsários franceses em 1566 e a proposta de reparação de Henrique II, considerada humilhante, contribuíram para enfraquecer esta alternativa, reforçando a candidatura de Isabel.

Entretanto, a 20 de janeiro de 1568, no dia do seu décimo quarto aniversário, D. Sebastião assumiu a governação. O início do reinado caracterizou-se por reformas legislativas, militares e administrativas: entre outras decisões, o jovem soberano instituiu as Ordenanças (um sistema de organização e recrutamento da população em companhias locais); criou duas Alçadas (tribunais específicos para as comarcas, respetivamente, a norte e a sul do Tejo); emitiu Pragmáticas (leis) contra o luxo e procurou intervir na administração dos territórios ultramarinos e na proteção dos navegadores contra os corsários.

Entre os acontecimentos mais relevantes deste período, destaca-se também a “peste grande” de 1569, que conduziu o monarca a deslocações pela região centro do reino, bem como a notícia, nesse mesmo ano, que Filipe II acordara o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Tal ingerência causou profundo descon-



Retrato do
Rei D. Sebastião (1571-74),
por Cristóvão de Moraes.
Museu Nacional de Arte
Antiga, Lisboa.

forto na corte, e foi emitido um parecer médico para adiar qualquer casamento do rei até aos seus vinte anos.

O ano de 1570 foi marcado por episódios de contestação, enquanto se agravavam as tensões políticas em torno dos irmãos Câmara – Luís, já então confessor régio, e Martim, desembargador do Paço, conselheiro de Estado e escrivão da puridade. Em 1571, o legado papal Miguel Bonelli visitou Portugal para negociar a entrada do reino na Santa Liga (a armada cristã contra os turcos) e retomar o projeto matrimonial com Margarida de Valois. Ambas as missões tiveram êxito, mas pouco depois chegou a notícia de que a princesa fora prometida a Henrique de Bourbon, futuro rei da Navarra. Quanto à armada, a sua preparação começou em 1572; oficialmente contra o Turco, foi também apresentada como defesa contra os huguenotes, embora se acreditasse que a sua finalidade fosse uma expedição ao norte de África. No final do ano, sem que tivesse chegado a ser utilizada, foi destruída por uma tempestade.



Elmo de D. Sebastião, parte da sua armadura cerimonial, fabricada pelo metalúrgico alemão Anton Pfeffenhauser de Augsburg em 1567. Acervo da Armaria Real de Madrid.

SEGUNDA FASE DO REINADO

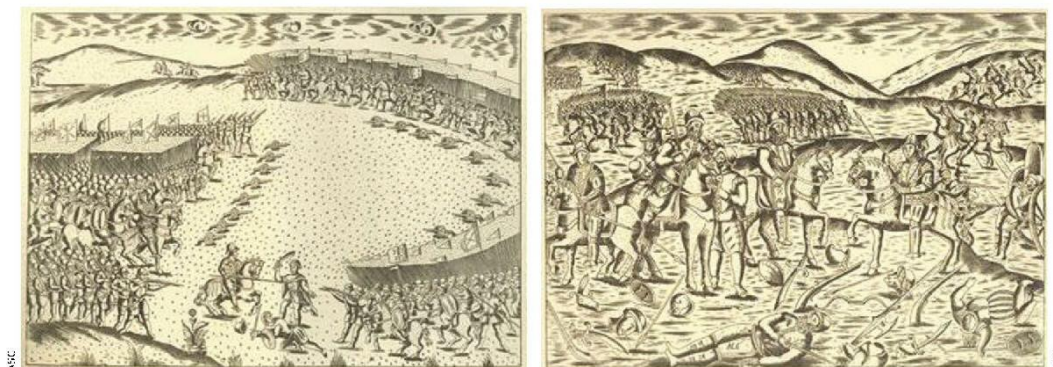
A segunda fase do reinado ficou marcada pelo desenvolvimento cada vez mais insistente de um projeto de intervenção no norte de África. Em 1573, foi nomeado governador de Tânger Rui de Sousa Carvalho, o capitão que se destacara no cerco de Mazagão de 1562. Nesse mesmo ano, o rei visitou o Alentejo e Algarve, enquanto se voltavam a equacionar propostas de casamento, agora com Maximiliana de Baviera, uma filha do Duque de Lorena, ou, ainda, Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II.



Suposto retrato do rei D. Sebastião de Portugal (1547-1548), atribuído a Alonso Sánchez Coello, Museu do Prado, Madrid

O ano de 1574 assinalou a primeira jornada africana de D. Sebastião: partindo de Lagos em agosto, desembarcou em Ceuta e prosseguiu até Tânger, onde nomeou governador D. Duarte de Menezes. A estadia foi marcada essencialmente por frequentes saídas ao campo e por um clima de desorganização, que gerou descontentamento entre os fidalgos. Em outubro, o soberano regressou ao reino.

Entretanto, desencadeara-se em Marrocos uma crise dinástica. Em



Gravuras da Batalha de Alcácer Quibir in *Miscellanea* [1629] de Miguel Leitão de Andrade (p. 126-127 e 142-143)-Edição em fac-simile da 2ª edição, publicada pela Imprensa Nacional em 1867. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 1993.

1574, à morte do sultão Mulei Abdalá ('Abd Allah al-Ghalib), ascendera ao trono o filho bastardo Mulei Mahamet (Abu 'Abd Allah Muhammad al-Mutawwakil – “o Xarife”), contrariando a tradição que atribuía o direito sucessório aos irmãos do falecido. O mais velho destes, Mulei Maluco (Abu Marwan 'Abd al-Malik), refugiado na corte otomana, reclamara a coroa. Em 1576, tio e sobrinho enfrentaram-se em várias batalhas, de todas as quais Mulei Mahamet saiu derrotado.

Ao corrente dos acontecimentos, D. Sebastião procurava mobilizar apoios europeus, sobretudo castelhanos, para uma intervenção em Marrocos – mas com pouco êxito. O encontro entre os reis de Portugal e Espanha, em dezembro de 1576 – as “vistas” de Guadalupe – marcaram o ponto culminante das negociações, que resultaram numa decepção para Portugal. Em paralelo, D. Sebastião enfrentava resistência interna às suas reformas militares.

A BATALHA DE ALCÁCER-QUIBIR

As dificuldades, no entanto, não impediram a preparação da campanha ao longo do ano seguinte e, em junho de 1578, o rei zarpou de Lisboa decidido a conquistar Larache sob o pretexto de restaurar o sultão deposto. A armada fez escala em Lagos e Cádiz antes de aportar a Tânger, onde D. Sebastião acolheu o Xarife e os seus. Dali, seguiu para Arzila, onde o exército desembarcou. A 29 de julho, os portugueses

encaminharam-se para o interior marroquino, enfrentando fome, cansaço e calor extremo até se depararem com as forças de Mulei Maluco. No dia 4 de agosto de 1578, nos arredores da cidade de Alcácer-Quibir, os exércitos enfrentaram-se em batalha: as tropas portuguesas foram esmagadas, e tanto D. Sebastião como os sultões pereceram. A confirmação oficial do desastre chegou a Lisboa a 24 de agosto, mer-



Suposto Elmo em aço temperado usado por D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, no qual foram identificadas, segundo o historiador Rainer Daehnardt, 89 “feridas” provocadas por armas brancas.



Rei D. Sebastião de Portugal (1554-1578) capturado na Batalha de Alcácer-Quibir (Ksar el-Kebir ou Batalha dos Três Reis) em 4/08/1578 em Marrocos. Sem data, Peter Johann Nepomuck Geiger.



Auto de entrega do corpo de D. Sebastião às autoridades portuguesas de Ceuta, cujo original se encontra no Archivo General de Simancas, Secção Estado, Leg. 396.

gulhando o reino em choque e inaugurando um longo período de crise.

Embora o reinado do décimo sexto monarca de Portugal não tenha sido dos mais longos – nem dos mais lembrados, talvez, se excetuarmos Alcácer-Quibir – é difícil imaginar uma figura mais presente e mais controversa no imaginário coletivo português do que D. Sebastião.

Discursos sobre o rei circulavam já antes da derrota marroquina. O seu próprio nascimento, tendo em conta a expectativa de que foi alvo, alimentou desde cedo uma aura de exceccionalidade: para muitos contemporâneos, o soberano, ao qual fora atribuído o epíteto de “o Desejado”, era predestinado a restaurar as glórias passadas de Portugal como guerreiro defensor da Fé – ideia que encontra expressão, por exemplo, n’*Os Lusíadas* de Camões. Por outro lado, certas contestações retratavam o rei como dominado pelos irmãos Câmara e, mais em geral, pelos jesuítas. Manifestavam-se também tensões com a nobreza – seja na primeira jornada a África, marcada pela falta de objetivos claros, seja em torno da reforma das milícias do Reino.

Alcácer-Quibir, todavia, – notou-o Maria Augusta Lima Cruz – funcionou como “amplificador” destes discursos: a batalha, a derrota e a crise dinástica tornaram-se a lente através da qual se reinterpretou tudo o que fora dito antes. Assim, um primeiro conjunto temático, ligado diretamente à necessidade imediata de relatar a jornada, recolhe e reforça as opiniões negativas. Nestas fontes, Alcácer-Quibir é o resultado da obstinação e da loucura do monarca, retratado como irresponsável e arrogante, obcecado por sonhos de glória, demasiado jovem e inexperiente, rodeado de adúladores.

Em contraponto, outros textos procuraram resgatar a imagem do rei, aproximando-a da matriz messiânica que já em vida lhe fora associada. Este filão desembocou no sebastianismo, construído a partir da figura do monarca ausente, mas destinado a regressar para salvar a pátria.

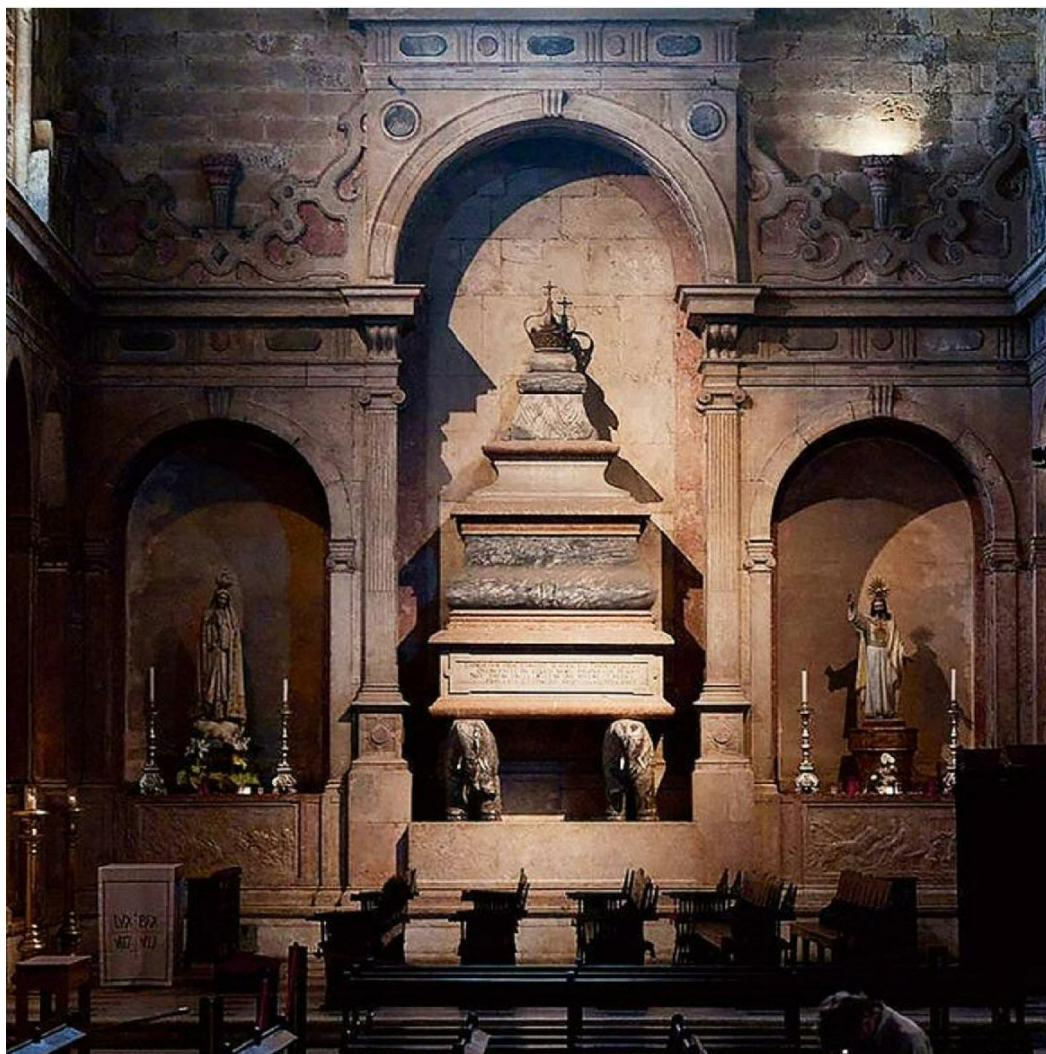
Seguiram-se, ainda, leituras mais abrangentes da vida do rei, em que se atribuía a tragédia final à sua educação. O celibato, as protelações do casamento e a sua extrema religiosidade foram frequentemente interpretados como efeitos da

ENTRE A HISTORIOGRAFIA E O MITO, D. SEBASTIÃO PERMANECE UMA FIGURA EM PERPÉTUA POLÊMICA

influência jesuíta, recolhendo as críticas que circulavam em motejos contemporâneos. Neste contexto, insere-se o relato do P.e Rebelo, que, ao insistir nos traços piedosos do rei e procurar defender a Companhia de Jesus, acabou por lançar as bases da imagem de um D. Sebastião “abeatado”, mais tarde exagerada por outros autores.

Poucos historiadores, modernamente, escaparam ao fascínio do imaginário: uns reproduziram, quase sem filtro, a imagem do rei obstinado e manipulado – inclusive, chegando a conjecturas pouco científicas sobre a sua vida íntima; outros procuraram resgatá-lo, às vezes deixando-se levar por subjetividades próprias. Aos poucos, recentemente, o seu carácter tem sido finalmente lido à luz da época em que viveu, entre costumes, educação e pressões de um reino em transformação.

Resta por fazer, ainda, um estudo sistemático das fontes manuscritas narrativas coevas do rei, que permita avançar ulteriormente na compreensão da formação e consolidação dos discursos à sua volta: entre a historiografia e o mito, D. Sebastião permanece uma figura em perpétua polémica. ■



Túmulo de D. Sebastião, Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa